

ENTRE A ADEÇÃO E A CRÍTICA: AS OSCILAÇÕES DO JORNAL DO BRASIL NOS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR

BETWEEN ADHERENCE AND CRITICISM: THE OSCILLATIONS OF JORNAL DO BRASIL IN THE EARLY YEARS OF THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP

Recebido em: 31/05/2024

Reenviado em: 15/01/2025

Aceito em: 19/01/2025

Publicado em: 17/04/2025

Dayane Cristina Guarnieri¹ 
Universidade Estadual de Londrina

Tony Honorato² 
Universidade Estadual de Londrina

Resumo: O *Jornal do Brasil*, assim como a maioria da grande imprensa brasileira, apoiou e se empenhou na deflagração do golpe civil-militar de 1964. Contudo, ele também criticou as ações arbitrárias da ditadura civil-militar na política e na sociedade. A partir dessa questão, o artigo visa compreender, no período inicial de consolidação dessa ditadura civil-militar, como ocorrem mudanças/permanências na opinião editorial. Para isso, são analisados os editoriais de 1964 até 1968, a partir da perspectiva teórico-metodológica sócio-histórica de Norbert Elias, que considera as relações sociais em seus contextos históricos para se aproximar de uma maior congruência com a experiência vivida. O exame dos textos que abordam a conjuntura política aponta que o processo de mudança de uma posição de adesão aparentemente irrestrita para uma postura crítica de oposição parcial se torna mais premente após o Ato Institucional n.º 2, quando se constata o prolongamento da ditadura civil-militar e a exclusão civil das decisões políticas.

Palavras-chave: *Jornal do Brasil*; Ditadura Civil-Militar; Política; Imprensa

Abstract: The *Jornal do Brasil*, as well as most of the Brazilian mainstream press, supported and committed itself to the outbreak of the civil-military coup of 1964, however, it also criticized the arbitrary actions of the civil-military dictatorship in politics and society. Based on this question, the article aims to understand, in the initial period of consolidation of this dictatorship, how changes/permanence occur in the editorial opinion. To this end, the editorials from 1964 to 1968 are analyzed theoretically and methodologically from Norbert Elias' socio-historical perspective, considering social relations and historical conjunctures to approach a greater congruence with reality. The examination of the texts that deal with the political conjuncture and the development of the dictatorship shows that the change from an apparently unrestricted position of support to a critical stance of partial opposition becomes more urgent after Institutional Act n.º 2, when the extension of the civil-military dictatorship and the civilian exclusion of political decisions are verified.

Keyword: *Jornal do Brasil*; civil-military dictatorship; Politics; Press

¹ Doutoranda em História da Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEdu) e Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina. Bolsista CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores. E-mail: dayaneguarnie@hotmail.com

² Doutor em Educação. Professor Associado do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEdu) da Universidade Estadual de Londrina. Líder do Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores (GPROC/CNPq). Bolsista produtividade em pesquisa (PQ-CNPq). E-mail: tony@uel.br

INTRODUÇÃO³

A relação entre imprensa e política no Brasil se desenvolve desde o processo de independência, quando as campanhas jornalísticas defendiam a sua missão educativa para uma população iletrada e com pouco acesso à informação (Lustosa, 2006). As ações da imprensa também fomentaram e fazem parte da história do Brasil (Luca; Martins, 2012; Barbosa, 2007; Capelato, 1988). Assim, os periódicos, desde sua constituição, desempenharam papel crucial na construção da história do país (Luca; Martins, 2012; Barbosa, 2007; Capelato, 1988), participando de debates políticos, intervindo e criando fenômenos sociais, com destaque para campanhas presidenciais, que frequentemente influenciaram os rumos históricos (Capelato, 2015).

Entre o final do século XIX e século XX, a imprensa brasileira se estrutura como empresa ao estabelecer relação de interdependência com a política, os anunciantes e os leitores, práticas que originam o que Sodré (1998) chama de “grande imprensa”, que a princípio se consolida no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os principais periódicos dessa imprensa eram o *Estado de São Paulo* (OESP) e o *Jornal do Brasil* (JB), que surgem no final do século XIX, e o *Correio da Manhã* (CM), o *Globo* (OG) e a *Folha de S. Paulo* (FSP), criados a partir do século XX. Contudo, a modernização industrial, comercial e gráfica dessa imprensa periódica aconteceria somente a partir dos anos 1960 e 1970 (Abreu, 2002).

O *Jornal do Brasil*, principal fonte desta pesquisa, se destaca por sua atuação na modernização do jornalismo nos anos 1950 e por sua participação nas figurações políticas. Fundado em 9 de abril de 1891, ele nasceu para fazer oposição à República e se destacou em momentos como a campanha contra o governo Goulart, quando a imprensa periódica difundiu a iminência de um golpe de esquerda respaldado pela justificativa da realização das reformas de base.

Embora o *Jornal do Brasil* inicialmente tenha aderido à ditadura civil-militar, sua postura gradualmente abriu espaço para críticas, ainda que de forma menos enfática em comparação ao *Correio da Manhã* (Alvim, 1979). A princípio, o JB justificou a “Revolução de 1964” em seu discurso editorial, se mantendo alinhado ao projeto golpista.

A historiografia (Aquino, 1999; Smith, 2000; Barbosa, 2007; Kushnir, 2012; Fico, 2002), apesar de reconhecer que havia censura antes de 1968, afirma que ela não era sistemática

³ A produção deste texto contou com financiamento da CAPES, projeto 88887.594693/2020-00, auxílio nº 1810/2023.

nem orientada pelo alto escalão do governo. Por isso, o período é privilegiado para analisar os posicionamentos da imprensa, que conviveu com esse tipo de censura. Contudo, a imprensa que desejava manter lucros e competitividade precisou evitar confrontos diretos com a ditadura civil-militar, da qual dependia para sobreviver. Por outro lado, esta última também dependia da imprensa para legitimar sua imagem e o que poderia auxiliar a sua governabilidade. A própria intensificação da censura reforça a relevância atribuída à imprensa.

A análise desta pesquisa apoia-se na perspectiva de Reis (2014a, p. 62), que define o golpe de 1964 e a ditadura subsequente como fenômenos “civil-militares”, reconhecendo a interação entre civis e militares como imprescindíveis para compreender o período. A historiografia atual busca superar visões reducionistas, analisando as dinâmicas sociais que sustentaram a ditadura como uma construção social (Rollemberg; Quadrat, 2010, p. 10; Reis, 2014b, p. 25).

A historiografia consolidou o uso da imprensa como fonte para entender o golpe e a ditadura civil-militar. Atualmente, há vasta produção acadêmica (Fonseca, 2005; Gazzotti, 2004; Aquino, 1999; Smith, 2000; Abreu, 2006; Motta, 2006; Carvalho, 2010; Dias, 2012; Chammas, 2012) com diferentes abordagens sobre o tema. Esses estudos têm contribuído para a análise das relações entre civis e militares, tratando a imprensa tanto como fonte quanto como objeto de investigação. Além disso, a historiografia aponta para a dificuldade de estabelecer perfis uniformes de periódicos como a *Folha de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*, que, como observa Napolitano (2017, p. 349), evitavam confrontos diretos, mas mantinham críticas em seus projetos editoriais.

Este artigo busca entender como o *Jornal do Brasil* ajustou seu projeto editorial no período inicial da ditadura civil-militar, analisando suas relações e o cenário político a partir da sua opinião editorial. Para isso, o texto está dividido em três partes: (i) apresenta o panorama da trajetória e identidade do *Jornal do Brasil*, com foco em sua inserção na figuração golpista pré-golpe de 1964 e na contextualização do campo social; (ii) traz a análise das tensões políticas iniciais no pós-golpe e das ambiguidades da adesão do *JB*; e (iii) examina o processo que culminou no Ato Institucional nº 2 e na representação de uma guinada autoritária da ditadura civil-militar com a diminuição da adesão do *Jornal do Brasil*.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A análise de periódicos como suporte de experiências políticas permite identificar mudanças e permanências ao observar sujeitos e figurações. Com base no referencial sócio-

histórico de Norbert Elias, esta pesquisa analisa empiricamente os editoriais do *Jornal do Brasil* para compreender relações sociais na ditadura civil-militar. Segundo Elias (1994, p. 79), as relações sociais refletem experiências humanas em períodos históricos e ideias e comportamentos não se afastam do padrão contemporâneo de pensamento e discurso.

O *Jornal do Brasil* encerrou sua edição impressa em 1º de setembro de 2010, tornando-se exclusivamente digital. A digitalização do periódico teve início em 2008, realizada pelo Google, com edições de 1930 a 1990 disponibilizadas gratuitamente no acervo digital da *New Archive*⁴, embora com lacunas significativas. Em 2010, a Biblioteca Nacional iniciou a digitalização do acervo completo, concluído em 2012 e acessível na Hemeroteca Digital Brasileira⁵.

Com base nas edições digitalizadas de 1964 a 1968, foram realizados fichamentos diários dos editoriais, priorizando ideias sobre as ações e a natureza da ditadura civil-militar. Analisaram-se contextos históricos e opiniões recorrentes, identificadas como "campanhas editoriais", vinculando-as às conjunturas políticas, o que permitiu compreender o posicionamento e ideias do *Jornal do Brasil* nesse período e os recursos usados para influenciar ou pressionar práticas governamentais.

O JORNAL DO BRASIL E SUA POSIÇÃO NA FIGURAÇÃO GOLPISTA

Rodolfo Dantas, ex-Ministro da Educação do Império, e Joaquim Nabuco fundaram o *Jornal do Brasil* em 1889. Em 1890, foi vendido ao Conde Afonso Celso e, depois, a um grupo empresarial que contratou Rui Barbosa como chefe de redação, quando já adotava postura republicana. Em 1894, passou ao grupo Mendes & Cia e, em 1919, ao Conde Pereira Carneiro, que o recuperou financeiramente. Sob sua gestão, focou em anúncios classificados, ganhando o apelido de “jornal das cozinheiras”. Em 1954, a condessa Maurina Pereira Carneiro e seu genro, Manuel Francisco do Nascimento Brito, assumiram o *JB* e promovem reformas gráficas, com design mais sofisticado que priorizaram a classe média e a elite, semelhantes às que ocorriam em empresas como o *Diário Carioca (DC)*, *Tribuna da Imprensa (TI)* e a *Última Hora (UH)* desde 1950, mas apenas que se consolidaram nos anos 1960 (Lessa, 1995; Ribeiro, 2003; 2007).

⁴ Disponível em: news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC

⁵ Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Assim, em meados dos anos 1960, o matutino *Jornal do Brasil* já se destacava com um importante representante da grande imprensa (Smith, 2000; Abreu, 2013, 2006; Napolitano, 2014). Em 1961, a maioria dos periódicos apoiou a posse de João Goulart, mas alguns, como *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, foram contrários (Abreu, 2013). Essa divisão encerrou-se em 1963, com o retorno do presidencialismo e a mobilização social. Após o editorial “Basta”, publicado pelo *Jornal do Brasil* em 13 de setembro de 1963, os jornais formaram um bloco de oposição ao governo constitucional (Napolitano, 2014, p. 45-46).

Após a Revolta dos Sargentos e o pedido de Estado de Sítio pelo presidente em 1963, surgiu no Rio de Janeiro a Rede da Democracia, unindo *Jornal do Brasil*, *O Jornal* e *O Globo*. Essa rede coordenou civis e militares opositores ao governo, promovendo propaganda anticomunista e influenciando diretamente o cenário político (Carvalho, 2010). Essa imprensa se integrava com oposição composta pela UDN (União Nacional Democrática), IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e IPES (Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais) que, segundo Carvalho (2010), financiavam campanhas de candidatos anticomunistas e promoviam a desestabilização do governo Goulart.

Entre os opositores de João Goulart que apoiavam a ditadura civil-militar estavam “oficiais-generais, oficiais superiores”, que esperavam ações ilegais do presidente, e “governadores, parlamentares”, que repassavam informações aos quartéis (Fico, 2004). O grupo incluía, além do complexo IBAD/IPES, a ESG (Escola Superior de Guerra), formada por intelectuais ligados ao empresariado nacional e ao capital transnacional. Esse grupo evoluiu de um movimento de pressão para uma “organização de classe capaz de uma ação política” (Dreifuss, 2006, p. 173-174).

Em 1964, ao contrário de 1961, a maioria da grande imprensa, exceto o *Última Hora* (UH), estava se alinhando ao empresariado que temia as reformas de base, apoiando assim o golpe civil-militar. *O Estado de São Paulo* e *O Globo* até conspiraram. Periódicos liberais, como o *Correio da Manhã* (CM), ajudaram a mobilizar a classe média contra Goulart (Dantas, 2014). Na época do golpe civil-militar, a maioria dos proprietários dos periódicos eram adeptos do liberalismo econômico e se identificavam com a UDN, partido que, junto com os militares, conspirou contra o governo de Goulart. Eram udenistas: Mesquita, dono do *O Estado de S. Paulo* (OESP); Roberto Marinho, dono de *O Globo* (OG) e Heberty Levy, proprietário da *Gazeta Mercantil* (GM) e um dos fundadores da UDN, em 1945. O CM também se identificava com as classes médias conservadoras e com o pensamento liberal (Abreu, 2006), assim como o *Jornal do Brasil*.

Alberto Dines, editor-chefe do *Jornal do Brasil*, entre 1961 e 1973, também se opunha ao governo Goulart. Ele salientou que o *Jornal do Brasil* identificava Jango como “antilegalista”, ideia que partilhava com outros periódicos, como o *Correio da Manhã* (Abreu, 2006, p. 125). Segundo Dines, o proprietário Nascimento Brito concedia autonomia editorial, mas ele evitava interferir diretamente na política do periódico. As reuniões editoriais incluíam “pessoas de altíssimo nível, diplomatas e jornalistas seniores, como Antônio Callado e Luiz Alberto Bahia, além de figuras ilustres, como ministros”, que contribuíam com os *briefings* editoriais, mas a orientação final era de Brito (Abreu; Lattman-Weltman; Rocha, 2003, p. 94-95). Os editoriais eram produzidos e entregues prontos a Brito, que os repassava a um diretor – diplomatas Celso Souza e Silva, Sette Câmara e, posteriormente, o editorialista Otto Lara Resende – responsável por revisá-los (Amado, 2008).

No final de março de 1964, o *Jornal do Brasil* acusava João Goulart de tentar “governar plebiscitariamente”, “excluir o Governo de Partidos” e “perder o interesse no PTB”. Brizola também era alvo de críticas, sendo descrito como responsável por “escavar o túmulo comum dos partidos brasileiros” (Túmulos [...], 1964, p. 6). Além disso, o periódico destacava que o “presidente se omite e se exclui do cenário da crise” e que o “ministro Silvio Mota está sem condições de manter a disciplina”. O tom de ameaça das acusações do *JB* de autoritarismo e descontrole visava minar ainda mais o apoio do PTB para impedir as reformas enviadas ao Congresso.

Além de criticar o governo constitucional de Goulart, o *Jornal do Brasil* conclamava as Forças Armadas a agir: “é imperioso que dirijamos nossas expectativas para os setores não contaminados da Forças Armadas (A Semente [...], 1964, p. 6). Em 29 de março, destacou na primeira página: “Sim; pregamos a resistência. O JORNAL DO BRASIL e o País querem que sejam restabelecidas a legalidade e o estado de direito, [...] pouco importa saber se o presidente ainda governa ou não. Se é ou não prisioneiro de uma minoria audaciosa que invadiu o poder legal” (Na Ilegalidade, 1964, p. 6).

Os editoriais do *Jornal do Brasil* delineavam um cenário de ilegalidade em torno do governo Goulart, sem evidências concretas, e se autodefiniam como parte da “linha de defesa democrática” promotora do desenvolvimento (Linha [...], 1964, p. 6). Apesar de afirmar representar a maioria da sociedade, negligenciavam problemas sociais e demandas de grupos populares que buscavam diálogo com o presidente para atender suas necessidades.

O *Jornal do Brasil* e outros grandes veículos de comunicação transmitiam a imagem de um presidente sem apoio popular ou político. No entanto, a historiografia recente (Gomes;

Ferreira, 2007; Carvalho, 2013; Dias, 2014; Napolitano, 2014; Motta, 2014) demonstrou que, em março de 1964, Goulart tinha alta popularidade e grandes chances de vencer as eleições presidenciais caso se candidatasse em 1965, o que ameaçava políticos civis que desejavam a presidência, como Juscelino Kubitschek, Ademar de Barros, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto. Dessa forma, a campanha de desestabilização e de ataques diários ao presidente expressa o temor da elite política de perder o controle sobre a previsibilidade e o controle do cargo presidencial e de suas ações, o que parecia uma possibilidade frente às relações que o governo Goulart estabelecia com os grupos populares que aparentavam ampliar sua autonomia. Esse receio não era exclusivo do *Jornal do Brasil*, mas compartilhado pela maioria da figuração jornalística.

O editorial de 30 de março de 1964, intitulado *Reincidência*, enfatizava que “não há autoridade fora da lei”, e acusou o presidente de tentar implantar igualdade política e anti-hierarquia nas Forças Armadas, contrariando a disciplina e a hierarquia. O texto incentivava as Forças Armadas a agirem contra o presidente, alegando que Goulart promovia a destruição da ordem social e militar. Na madrugada de 1º de abril, fuzileiros liderados pelo almirante Aragão, pró-Goulart, invadiram o jornal para apreender a edição das 6 horas, mas os matutinos do *JB* já haviam sido distribuídos. Apenas os vespertinos *Tribuna da Imprensa* e *O Globo* tiveram a circulação impedida (Dines, 1964). Na edição que escapou da censura, o editorial justificava o golpe, afirmando: “Só há uma legalidade – a legalidade contra a desordem e a desunião implantada no País pelo Sr. João Goulart em sua desmedida e criminoso atuação política visando continuar no Poder” (Fora [...], 1964, p. 6). O posicionamento do *Jornal do Brasil* indica que, embora alegasse defender a preservação constitucional, a sua noção de legalidade visava conter movimentos sociais e bloquear mudanças promovidas por um governo receptivo às demandas populares.

Entre 1950 e 1970, o *Jornal do Brasil* era conhecido como um periódico conservador, católico, udenista, defensor da iniciativa privada e das liberdades individuais, além de opositor ao socialismo, alinhando-se aos ideais liberais da grande imprensa (Smith, 2000). Esse perfil, somado à polarização da Guerra Fria e à crise política, pode ajudar a explicar a postura de confronto do *JB* e do grupo que ele integrava diante da intensificação da imagem de uma política reformista nacionalista de Goulart. Por isso, os editoriais de 1964 alinhavam-se às ideias de Castelo Branco e dos seus apoiadores militares. Mesmo depois da ditadura civil-militar, continuavam a defender a ideia de que o golpe foi um “contragolpe para fazer frente às tendências inconstitucionais do presidente” (D’Araújo, 1998).

A defesa da constitucionalidade, como argumento para justificar a ilegalidade da deposição, já apontava para as contraditórias bases da ditadura civil-militar. Essa contradição que se capta no discurso se estende para o projeto de nação que se baseou em uma “modernização conservadora” (Reis, 2014), *habitus* social que se estende para as relações sociais. Segundo Motta (2016, p. 17), essas ambiguidades era uma “via de mão dupla”, apesar do alto grau de coerção exigir flexibilidade e concessões entre aqueles que se relacionavam. Um exemplo disso ocorreu nas universidades, que foram transpassadas tanto pela modernização, quanto pela repressão.

A ambiguidade que se torna uma marca das acomodações que ocorreram na ditadura nas suas relações com a sociedade também se constitui como parte do comportamento do *JB*, que se empenhou para justificar as especificidades da situação política atípica e legitimar a origem do regime ditatorial, do qual participou, ao mesmo tempo que apontou certas arbitrariedades dos governos ditatoriais e a necessidade de estabelecer seus limites.

Ao analisar as relações da imprensa periódica com o governo João Goulart e o surgimento de grupos de pressão que visava desestabilizar e deslegitimar o presidente, se verifica, a partir da visão do *JB* – um representante da imprensa golpista que defendia as instituições liberais –, o desequilíbrio de poder que havia nos momentos que precedeu o golpe civil-militar.

A seguir, se aborda as tensões iniciais das figurações golpistas e se considera o gradiente de poder dos sujeitos inseridos no jogo social. O posicionamento do *JB*, assim como a maioria dos periódicos golpista, era de adesão às coações e repressões iniciais, mas essa postura mais homogênea começa a se diferenciar. O *JB* se empenhou em justificar a origem da ditadura civil-militar com argumentos ambíguos em torno da legalidade e da democracia em campanhas editoriais que revelam suas concepções autoritárias.

OS TEMPOS INICIAIS DA DITADURA CIVIL-MILITAR E A ADESÃO DO JORNAL DO BRASIL

Os conflitos e as oposições, mais intensos, não partiram inicialmente dos civis golpistas, mas emergiram no meio militar desde o início do Ato Institucional, em 9 de abril de 1964, devido ao descontentamento do grupo responsável pelos IPMs com a lentidão nas punições aplicadas pelo presidente. Posteriormente, esse grupo deu origem à chamada “linha dura”, difícil de definir, que incluía militares de patentes intermediárias, ligados ao Estado, mas que faziam oposição aos castelelistas (Martins Filho, 1996; Chirio, 2012; Reis, 2014).

As relações militares que originaram os conflitos iniciais já indicavam os limites do poder presidencial. Ainda assim, como se verá adiante, Castelo Branco conseguiu estabelecer um equilíbrio relativo entre os militares, por meio de concessões que reduziram resistências e permitiram a institucionalização do novo regime. As tensões, porém, não se limitavam aos militares; civis ligados à ditadura também pressionavam o regime para atender suas demandas. Este estudo, embora não aborde todas essas forças civis, foca em uma delas, especificamente a imprensa golpista, representada pelo *Jornal do Brasil*.

A ditadura civil-militar contou com um “aparente consenso midiático, político e militar” (Chirio, 2012, p. 46). Mas, a adesão inicial da grande imprensa não foi unânime. Alinhada à ala liberal, divergia da extrema-direita, que atacava instituições liberais em nome da ordem. Com exceção de *O Globo*, a imprensa logo passa a criticar a censura e a legislação autoritária, mas a intensidade das críticas e o nível de risco assumido variavam em cada periódico (Motta, 2013).

Em 1964, a maioria da imprensa golpista aderiu parcialmente às práticas de coerção e violência, como cassações, exílios, exonerações e prisões de opositores e grupos associados ao governo deposto ou contrários aos valores da ditadura. Uma exceção foi o *Correio da Manhã*, que, após apoiar o golpe, tornou-se um dos maiores opositores do regime, o que contribuiu para seu fim prematuro. Segundo Chammas (2012, p. 70), a oposição do *CM* começou com o Ato Institucional, pois o periódico esperava uma intervenção militar breve, sem continuidade.

Por outro lado, o *Jornal do Brasil* destaca que o caráter provisório da “Revolução” comprovaria sua legitimidade, contudo, apesar da adesão inicial aparentemente incondicional, o *JB* também apontava os limites temporais da ditadura civil-militar. Mas, ao contrário do *CM*, o *JB* demonstra e declara sua adesão ao Ato Institucional ao publicar o editorial *Decisão imediata*, no qual defende na primeira página a “legalidade revolucionária” e sua função de instrumento de punição contra os opositores e de preservação da ordem socioeconômica (Decisão [...], 1964, p. 1).

O *JB*, enquanto grupo empresarial privilegiado e conservador, concorda com a atuação ditatorial para a preservação da ordem socioeconômica, da democracia representativa, e segundo Reis (2014), de outros valores como o cristianismo, a família e as hierarquias tradicionais. Para isso, suspensão de funções essenciais da Constituição, como controle governamental e garantia de direitos individuais, foi aceita. Como visto, o golpe já havia violado a Constituição de 1946, que era ignorada com a criação de uma “legalidade

revolucionária" baseava em práticas arbitrárias, sem amparo legal prévio, mas que pretendia legitimar a ditadura e conferir-lhe aparência de legalidade.

A adesão do *JB* ao Ato Institucional contrastava com a construção de sua imagem de defensor da legalidade no pré-golpe, quando condenava Goulart por apontar os obstáculos da Constituição de 1946 para reformas de base. No editorial *Revisão*, de 11 de maio de 1964, afirmava que a Constituição era “insubsistente diante da vontade reformadora materializada no instrumento do Ato Institucional”. Assim, a Constituição, usada para desestabilizar e depor Goulart, deixou de ser prioridade frente à defesa de reformas estruturais.

Para o *JB*, o Ato Institucional comprovava a legalidade do novo regime porque reforçava que "os limites jurídicos foram rompidos e outra vez contratados em forma nova"; "possui tendência moderada, progressista e legalista" e evidenciava que "vivemos numa democracia bastante fortalecida pelo Ato Institucional" (Esperança, 1964, p. 6).

O *JB* definiu o Ato Institucional como: “não um instrumento contra a Constituição ou à margem dela”, “a melhor forma para resolver a velha crise constitucional brasileira”, o “fio condutor do pensamento presidencial”, “foi e é lei” (Política [...], 1964, p. 6). A partir de setembro de 1964, a campanha editorial defendia o Ato como uma nova legalidade, mais eficiente, associada a “fins democráticos” e aos “fins criadores do movimento de 31 de março” (Missão [...], 1964, p. 6).

Embora defendesse o abandono da ordem constitucional para acelerar reformas, o *JB* já demonstrava desconforto com a permanência da inconstitucionalidade vigente. Por isso, promoveu uma campanha para integrar o Ato Institucional à Constituição de 1946, buscando conferir uma aparência constitucional ao regime. Porém, essa campanha não recebeu apoio da ditadura civil-militar ou dos parlamentares. Essa proposta, de caráter autoritário, buscava integrar os mecanismos do decreto à Constituição para criar uma aparência de legalidade e legitimidade, superando as próprias preocupações da ditadura com a imagem de legalidade.

O *JB* atribuiu o fracasso no uso do Ato Institucional ao Executivo e, principalmente, aos políticos, sobre o primeiro afirmava que “O imobilismo é resultado do amor do governo à democracia, que recorre aos processos tradicionais de atuação política” (Oposição [...], 1964, p. 6). Sobre o Congresso, dizia que “Nada se fez, porém, para transpor esses resultados [...] para o corpo da Constituição”; “nada fez para incorporar aquelas inovações”, e que “os parlamentares se limitam à expectativa de que venha a se esgotar o regime da tramitação excepcional” (Modernização [...], 1965, p. 6).

Os editoriais descrevem um governo paralisado, com políticos esperando o fim do Ato Institucional para agir, enquanto o presidente evitava usar seu superpoder, acima das leis e instituições, temendo ser taxado de autoritário. Para o periódico, as reformas políticas e jurídicas, essenciais para a imagem do país, permaneciam suspensas. O *JB* via no poder ditatorial a solução imediata para problemas políticos e sociais, demonstrando desprezo pelos processos democráticos, que exigem tempo e negociações. Apesar disso, criticava a omissão presidencial nas reformas estruturais, acusando-o de usar o Ato apenas para punições, como indicado no editorial *Revolução envergonhada*: “Vemos, assim, o governo começar por um aspecto vital, mas que cuida ainda do aspecto repressivo do movimento de 1º de abril. E a parte revolucionária? Vem logo à mente a reforma da própria Constituição” (1964, p. 6).

Embora defendesse o Ato Institucional como um poder legítimo, que limitava a própria ditadura e preservava o Congresso e outras instâncias democráticas, o *JB* criticava o governo por focar na repressão e não nas reformas (O Caminho [...], 1965, p. 6; Conceito [...], 1965, p. 6; Rebeldia [...], 1965, p. 6; Polêmica [...], 1965, p. 6). Essa ambiguidade aponta para a constatação de Motta (2013), que identificou o *JB* como o menos entusiasmado entre os periódicos adesistas (*OESP*, *FSP*, *O Globo*), reiterando o respeito às leis e instituições, enquanto o *OESP* atuava como porta-voz da linha-dura, incentivando perseguições políticas. Contudo, ser o menos adesista não omite o tom autoritário de suas propostas, pois priorizava uma aparência democrática ao invés de uma democracia prática.

Em síntese, em 1964, o *JB* e o governo divergiam quanto à aplicação do Ato Institucional. O *JB* defendia que o Ato fosse utilizado para acelerar as reformas, especialmente as políticas, ainda que isso implicasse ignorar o Congresso e os trâmites democráticos mais morosos, e condenou a sua concentração em aspectos punitivos do Ato, posição que foi contestada por setores das Forças Armadas, que desejavam ampliar e perpetuar essas funções repressivas. Assim, embora não houvesse consenso, todos os grupos envolvidos apresentavam perspectivas autoritárias como solução para os problemas que consideravam urgentes. Ainda que o *JB* passasse a defender o fim da repressão já em meados de 1964, posteriormente, em situações consideradas ameaças à ordem, como o crescimento do movimento estudantil, a violência voltou a ser evocada.

No próximo item, se analisa o posicionamento do *JB* em um momento decisivo para a consolidação da ditadura civil-militar, marcado pela sua primeira grande crise. Esse contexto é caracterizado pelo aumento das tensões no governo entre militares, políticos e outros grupos sociais após o término do prazo para as punições previstas no Ato Institucional, em 15 de junho

de 1964, e a confirmação das eleições estaduais diretas para 1965. Essa conjuntura culminará na imposição do Ato Institucional nº 2, que aprofunda as medidas autoritárias e aponta a tendência de ação desse novo regime.

CONTINUIDADE DAS TENSÕES: CONGRESSO, EXECUTIVO E MILITARES

As figurações golpistas não apresentavam uma posição homogênea, mas se uniram para preservar ou ampliar seus poderes. Sua unidade baseava-se no "medo das reformas" (Reis, 2014) e no "anticomunismo" (Motta, 2006). Esses grupos, compostos por “líderes políticos, empresariais, religiosos, civis e militares, além de elites sociais e segmentos populares” (Reis, 2014, p. 85) desfizeram a aliança quando essas ameaças desapareceram. Contudo, é nesse momento que percebem que a ditadura que ajudaram a construir se tornou a nova ameaça. Prova disso foi o fracasso da primeira e última tentativa do Congresso de confrontar ao presidente militar ao não aprovar o seu projeto em 1965. Nessa conjuntura de tensão e derrota parlamentar e civil, a imprensa percebeu e tentou evidenciar a agressão aos “valores liberais tradicionais (opinião, manifestação, garantias individuais)” (Motta, 2013, p. 67).

As eleições estaduais diretas, marcadas para 3 de outubro de 1965, em 11 estados, contaram com o apoio de políticos e do *JB* que, em sua campanha editorial, enfatizou as eleições como símbolo democrático que reforçaria as "tendências democráticas" da "Revolução". No entanto, a confirmação do pleito gerou descontentamento entre setores militares, descritos pela imprensa como "linha-dura", que criticavam a decisão presidencial, por considerarem que a ditadura ainda não estava consolidada e poderia sofrer um abalo de legitimidade com possíveis derrotas eleitorais. Outros grupos também se posicionaram contra as eleições, como *O Estado de S. Paulo* (*OESP*), que defendeu seu adiamento e, após o resultado, argumentou contra a posse dos eleitos (Motta, 2013). Em contrapartida, o *JB* sustentava que a posse reforçaria a legitimidade do regime.

Essa tensão flagrante no seio militar pode ser vista na tentativa dos editoriais do *JB* de apaziguar as conjunturas do campo social, negando em muitos momentos a existência de conflitos militares, e de destacar a normalidade das eleições com afirmação que diziam que: as “eleições não representam perigo ao regime” e o “episódio eleitoral não era uma insurreição” (Firmeza [...], 1965, p. 6). Ao longo de 1965, as tensões militares se intensificaram. Em abril, a crise dos coronéis teve como catalisador a concessão de *habeas corpus* ao governador Miguel Arraes. Em junho, o embate entre o governo e os principais representantes da linha-dura, os

coronéis Martinelli e Pina, ocorreu sob acusações de leniência do governo diante da corrupção e da subversão (Chirio, 2012).

O ministro da guerra, Costa e Silva, apoiava as demandas da “linha-dura” pelo retorno dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) (Costa [...], 1965, p. 1). Para o *JB*, a linha-dura era composta de oficiais da linha radical dos militares e do próprio governo, que queriam usar métodos inflexíveis, como a repressão e a edição de um segundo Ato Institucional (Coisas [...], 1965, p. 6). As definições sobre a existência da linha-dura apresentadas pelo *JB* são ambíguas. Embora o periódico abordasse as tensões militares relacionadas às eleições e a definição desse grupo dentro das Forças Armadas, sustentava que tal divisão não era permitida. Essa postura se justificava pela adesão à imagem que a ditadura buscava projetar, baseada na integração, homogeneidade, hierarquia e ordem, valores que se relacionavam com a sua pretensa superioridade em contraste com a fragmentação política, vista como incapacidade de governar, e a desordem civil dos movimentos populares, que precisavam ser contidos e evitados.

Reconhecendo a importância dessa imagem das Forças Armadas para os sujeitos estabelecidos no poder, o *JB* tratou o tema com cautela, adotando um discurso que negava a crise, mas, paradoxalmente, a afirmava de forma implícita. Em 1967, no editorial *Linha-Dura*, o periódico reconheceu que ela havia surgido em 1964, como fruto da insatisfação de grupos de oficiais com as omissões do governo Castelo Branco (Linha-Dura, 1967, p. 6).

A lei das inelegibilidades, criada para excluir candidatos associados à oposição, não conteve o descontentamento militar. Apesar de seu caráter discricionário, foi amplamente apoiada nos editoriais do *JB*, que a apresentavam como solução para viabilizar o ritual eleitoral sem comprometer o controle dos resultados. Assim, ele destacou que as inelegibilidades representavam o “caminho para a normalidade e a preservação do regime de 1946” (Manobras [...], 1965, p. 6).

Os resultados das eleições de 3 de outubro de 1965, que consolidaram mais uma derrota da UDN frente à coligação PSD-PTB, representaram uma vitória da oposição e, simultaneamente, uma derrota do governo (Grinberg, 2009). Essa conjuntura intensificou as tensões e expôs a inexistência de uma normalidade constitucional. A “linha-dura” foi a primeira a manifestar insatisfação com o modelo da ditadura civil-militar e os “oficiais do primeiro Exército do Rio de Janeiro ficaram furiosos com os resultados das eleições e mais furiosos com Castelo Branco quando ele promete respeitar o veredicto das urnas” (Skidmore, 1988, p. 136).

O cenário apresentado pelo *JB* aponta que havia grupos radicais nas Forças Armadas dispostos a deflagrar uma intervenção militar diante da confirmação da posse dos eleitos

(Branco, 1965). Esses militares não aceitavam a vitória e a posse dos candidatos como os pessedistas Negrão de Lima, na Guanabara, e Israel Pinheiro, em Minas Gerais, pois alegavam que essas vitórias eleitorais prestigiavam o ex-presidente cassado Juscelino Kubitschek (Gorender, 1998). Inicialmente, o *JB* acusa as pressões militares e política de influenciar as ações que levaram o presidente a agir contra a decisão do Congresso para garantir a continuidade ao “rito excepcional” (Precipitação, 1966, p. 6).

Após as eleições, além da pressão militar, surgia a ameaça de um golpe contra o governo (Alves, 1984). Para conter o descontentamento militar, o presidente propôs medidas ao Congresso em 26 e 27 de outubro de 1965, visando ampliar o poder Executivo, controlar governos estaduais, restringir a liberdade de imprensa e dos cassados, expandir a jurisdição militar sobre questões de subversão e segurança nacional e aumentar o número de juízes no Supremo Tribunal Federal (Kinzo, 1988). Com a rejeição previsível da Câmara à emenda constitucional e a impossibilidade de aceitar essa decisão sem comprometer a autoridade do governo, o presidente, em reunião com ministros militares, decretou, em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2. O texto foi elaborado pelo senador da Arena, Daniel Krieger, com colaboração do ministro da justiça, Juraci Magalhães (Viana Filho, 1975; Grinberg, 2009).

O Ato Institucional nº 2, ao buscar equilibrar o poder diante da crise eleitoral de 1965, fortaleceu a centralização do Executivo, que passou a ter autoridade para cassar direitos políticos e legislar indefinidamente. Essas medidas reduziram significativamente o poder tanto dos grupos golpistas, quanto das figurações oposicionistas. Paralelamente, a definição do processo sucessório iniciou um período de pacificação militar e afastamento dos civis do poder. O confronto entre forças civilistas e militares autodenominadas “revolucionárias” foi temporariamente neutralizado com a oficialização da candidatura do marechal Costa e Silva, em 5 de janeiro de 1966, permitindo ao presidente agir sem risco imediato de crise nas Forças Armadas (Martins Filho, 1996; Chirio, 2012). A liderança de Castelo Branco evidenciou sua capacidade de enfrentar pressões da caserna e consolidar seu projeto político ao aproveitar esse espaço para transpor para um decreto medidas que já estavam sendo gestadas no círculo governista, como garantir a posse dos eleitos, conter novos expurgos parlamentares e manter o Congresso aberto (Martins Filho, 1996).

Apesar das limitações enfrentadas pelo Executivo, ele dispunha de maior margem de ação em relação aos opositores. A contestação à autoridade governamental não se limitava às figurações militares, abrangendo estudantes, artistas, intelectuais, religiosos e trabalhadores. Essas figurações, independentemente de defenderem maior repressão ou uma transição

democrática, buscavam pressionar o regime recém-instalado. Conforme Elias (1994), embora o poder represente a capacidade individual de influenciar o destino de outros, o ritmo das mudanças, impulsionado por movimentos de pessoas interdependentes, frequentemente supera a vontade individual.

Sua decretação do AI-2 atestava que o grupo que detêm o poder decisório e o monopólio da força resolveu mantê-lo a partir da tendência de aumentar a repressão e o controle social diante dos picos de pressão social, ao constatar que a crise fruto das pressões sociais era inerente à ditadura civil-militar (Kinzo, 1988; Napolitano, 2014). Se estabelece uma dinâmica social entre a repressão e a negociação que garantisse a governabilidade. Assim, embora o presidente e a ditadura civil-militar valorizassem a manutenção da "aparência de normalidade democrática", a permanência no poder e a continuidade do novo regime dependia de medidas autoritárias dosadas com negociações. Essa acomodação permitiu que o mesmo Executivo, que detinha maior poder decisório, negociasse com as figurações, principalmente com aquelas com as quais compartilhava a monopólio da força, mas também com o Congresso, com a imprensa, com os estudantes, artistas e trabalhadores de quem precisa para construir a legitimidade e a governabilidade.

A crise decorrente das pressões sociais era intrínseca à ditadura civil-militar (Kinzo, 1988; Napolitano, 2014) e aponta para uma dinâmica social que alterna repressão e negociação para assegurar a governabilidade. Embora o presidente e o regime valorizassem a manutenção da "aparência de normalidade democrática", a permanência no poder e a continuidade do regime exigiam medidas autoritárias equilibradas por acordos. Essa acomodação permitiu que o Executivo, com maior poder decisório, conduzisse as negociações com diversas figurações com as quais compartilhava o monopólio da força, mas também com o Congresso, a imprensa, os estudantes, os artistas, os políticos, os intelectuais, o clero e os trabalhadores, reconhecendo a necessidade de construir legitimidade e garantir a governabilidade.

Antes da publicação do AI-2, o *Jornal do Brasil* demonstrava otimismo sobre a aprovação da emenda constitucional proposta pelo Executivo. Buscava influenciar os parlamentares a aprovarem-na e garantir uma "aparência de normalidade democrática" ao processo e a posse dos eleitos. No editorial *Etapa final*, afirmou: "o Congresso não negaria ao Governo certas medidas complementares de segurança, quando já concordou com as diretrizes anteriores" (1966, p. 6). O *JB*, junto à Escola Superior de Guerra e ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, aliados do presidente, preferiam a ratificação pelo Congresso em vez de um

ato de força explícito, como o Ato Institucional nº 2, pois "acreditavam que essa atitude prejudicaria a legitimidade do Estado" (Alves, 1984, p. 90).

Após a decretação do AI-2, a adesão do periódico diminui e as críticas se proliferam. O principal motivo não era a essência autoritária do seu conteúdo, que pouco se diferenciava das medidas restritivas enviadas para o Congresso, mas sim o procedimento de imposição direta, sem obter a promulgação pelo Congresso. Essa postura reflete a importância que ele atribuía à aparência de legalidade, contrastando com sua limitada preocupação com as consequências sociais das medidas repressivas.

O *JB* expressa sua crítica ao AI-2 ao descrevê-lo como "um instrumento com excesso de poder usado para intimidar as representações políticas", uma "bitola estreita contra ação política" (Palavra [...], 1965, p. 6) que "impõe medo à oposição" (Respeito [...], 1965, p. 6) e "anula qualquer concepção de prática democrática regular" (Espada [...], 1965, p. 6). Na capa, o jornal destaca: "Castelo declara que Atos preservam a Democracia", referindo-se ao discurso presidencial proferido na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1966, p. 1). No editorial do dia seguinte, *Solução Militar* (1966, p. 6), o periódico reproduz a fala do presidente: "vivemos sob um regime democrático [...] porque o Congresso Nacional e a liberdade de imprensa funcionam no país" e retifica ao afirmar: "vivemos em um estado de exceção, ainda que preparatório de um regime estavelmente democrático". Essa abordagem evidencia a divergência entre o governo e o *JB* quanto à natureza da ditadura civil-militar.

O *Globo* também discordou do AI-2, porque as eleições indiretas e extinção dos partidos prejudicavam Carlos Lacerda, o candidato que ele apoiava. Mesmo assim, manteve seus elogios a Castelo Branco quando os demais periódicos se afastavam e pregou que apoio à "institucionalidade autoritário-liberal" era um dever patriótico (Motta, 2013, p. 70) e que "a revolução era mais importante do que qualquer norma institucional anterior ao golpe" (Torres, 2019, p. 469). Já o *Correio da Manhã* chamou abertamente o governo de "ditadura" e criticou o AI-2, principalmente no que concerne à prevalência da justiça militar sobre as demais (Torres, 2019, p. 469). Em contrapartida, O *Estado de S. Paulo*, desde as eleições estaduais, se afastava de Castelo Branco, acusando-o de se aproximar dos derrotados em 1964. Já a *Folha de S. Paulo* se distancia após o aumento da repressão à imprensa (Motta, 2013).

Embora Torres (2019, p. 469) afirme que, diante do AI-2, o *JB* manteve uma postura "equidistante dos acontecimentos, evitando opiniões políticas e reproduzindo apenas declarações de membros do governo", observa-se que mesmo que anuncie o decreto sem esboçar críticas contundentes, a sua oposição se torna gradualmente mais evidente, com

contínuos ataques contra a proliferação da "legislação revolucionária". Nesse sentido, concorda com Motta (2019), que aponta a redução da adesão do *JB* à ditadura à medida que o autoritarismo se intensificava em 1965.

Portanto, após o AI-2, as editoriais do *JB* intensificam a frequência e ênfase de uma postura mais crítica à atuação do governo, acusado de fomentar instabilidade social ao perpetuar o "vazio institucional", a "crise partidária", a "insegurança nacional" e a "perplexidade popular" (Ambivalência [...], 1966, p. 6). Nesse contexto, em que proliferam novos Atos Institucionais e Complementares que visavam consolidar a ditadura civil-militar, o *JB* adota uma linha editorial em defesa da transição democrática.

Assim, depois de defender a intervenção militar e a suspensão constitucional para depor Goulart e seus aliados, como fez no editorial *Emoção Forçada* (1964), ao final de 1966, diante do crescente domínio militar, passa a questionar a sua permanência no poder, embora mantivesse o entendimento de que as Forças Armadas deveriam ser as guardiãs da ordem social e da lei.

Segundo o *JB*, o AI-2 representou uma ruptura político-jurídica, que evidenciou o fracasso em conciliar a legalidade democrática com a "revolucionária" que destruiu a ordem político-jurídica. Nesse cenário, o periódico lançou uma campanha em defesa de uma Constituinte, considerada essencial para restaurar a ordem político-jurídica e legitimar a "Revolução". Justificou a iniciativa ao destacar que, ao longo da história brasileira, as constituintes se consolidaram como instrumentos tradicionais para soluções democráticas (*JB*, 1965, p. 6).

Sua campanha apontava para a necessidade da: "normalização institucional", da "ordem jurídica restaurada", da "superação dos poderes excepcionais", da "redemocratização", da "recuperação das instituições democráticas" etc. (Caminho [...], 1965, p. 6; Horror [...], 1965, p. 6; Novas [...], 1966, p. 6; À Beira [...], 1966, p. 6). Tanto o *JB* quanto a maior parte da imprensa golpista se opunham à "legislação revolucionária", que é definida pelo primeiro como: "sucessão de Atos que se repetem e se corrigem incessantemente", "tumulto institucional", "ordem jurídica destruída", "atos de força", "festival do aleatório" etc. (Responsabilidade [...], 1966, p. 6; Tumulto [...], 1966, p. 6; Horizontes [...], 1966, p. 6; Atos [...], 1966, p. 6). Para justificar a necessidade de uma Constituinte, o *JB* afirma que "os fatos consumados da 'Revolução' entraram numa faixa de descrédito e os principais protagonistas da cena política se acham sem condição de encarar ou engrossar iniciativas revisionistas" (À Beira [...], 1966, p. 6). Essa posição deixa implícito que a Constituinte poderia ser um instrumento

para viabilizar a transição de poder, se permitisse que o novo Congresso reassumisse o protagonismo político e jurídico.

O *Jornal do Brasil*, assim como outros periódicos, não manteve uma adesão uniforme perante os atos da ditadura civil-militar, alternando entre momentos de crítica e de anuência como forma de acomodação. Nele, defendia sem restrição os ideais da “Revolução” e sua origem, mas sempre abria espaço para apontar sua insatisfação com o governo ditatorial; defendeu a transição democrática, mas não exigia diretamente o fim da ditadura civil-militar; pregava a Constituinte e o restabelecimento da democracia e, ao mesmo tempo, afirmava a necessidade de legitimar a ditadura civil-militar. Essa acomodação visava garantir a sua sobrevivência como empresa, preservar parte dos seus valores e identidade e garantir a sua capacidade de influenciar a agenda política e expressar suas insatisfações. Dessa forma, suas campanhas editoriais exerceram pressões para preservar a sua liberdade e defender os seus valores e posições de poder.

No *JB*, essa acomodação ocorreu por meio de uma oscilação que intercalava críticas aos governos militares e rememorações positivas sobre os ideais da “Revolução”. Nesse sentido, o autoritarismo e as ilegalidades recaem sobre as atitudes do governo, que é apontado como o culpado por afastar a “Revolução” da legitimidade. Ou seja, o *JB*, nesse momento, não critica diretamente a natureza autoritária da ditadura civil-militar e do seu ato fundador, o golpe civil-militar.

Em 24 de agosto de 1966, o presidente convocou o Congresso, concedendo-lhe poderes de Assembleia Constituinte para votar a nova Constituição, em 31 de dezembro. O editorial *Abertura à Vista* concluiu que a missão de institucionalizar o país cedeu à necessidade de alcançar a “legitimidade popular” (1966, p. 6). No entanto, é importante lembrar que, no início de 1966, o editorial *À Beira do Abismo* afirmava que “os principais protagonistas da cena política se acham sem condição de encarar ou engrossar iniciativas revisionistas” (1966, p. 6), ou seja, defendia a instalação de um novo Congresso, capaz de reassumir o protagonismo político e jurídico em um processo de transição iniciado pela Constituinte.

O *JB* não concordava em submeter a formulação de uma Constituinte a um Congresso mutilado, com membros que foram cassados, ameaçados e acuados e que seriam substituídos em 1967 por novos eleitos, que não assegurava um futuro democrático, pois o Congresso apenas ratificaria os comandos impostos (Aparência [...], 1966, p. 6). Menos de um mês depois o editorial *Abertura a Vista*, promove uma acomodação ao afirmar em tom otimista que a promulgação da Constituição por um Congresso cumpria a missão de institucionalizar o país e

cedeu à necessidade da “legitimidade popular” (1966, p. 6), afirmou que o velho Congresso. Em seguida o seu colunista político do *JB*, Carlos Castello Branco, denomina essa ação política de “golpe de Estado” pois “não fazia sentido atribuir ao Congresso poderes constituintes, transformando-o no que já é, ou seja, numa Constituinte permanente” (Branco, 1966, p. 4).

O presidente rejeitou o projeto constitucional da Comissão Especial de Juristas e impôs um novo texto elaborado sob a direção de seu Ministro da Justiça. O Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, conferiu ao Congresso poderes constituintes para votar o projeto. Apesar das medidas autoritárias do processo constituinte, o *JB* concluiu que a decisão do Executivo de permitir a participação do Congresso tornava a Constituição menos autoritária do que seria se fosse simplesmente outorgada.

Em relação à Constituinte e à Constituição de 1967, o *Jornal do Brasil* demonstrou uma postura oscilante. Apesar de criticar as arbitrariedades do processo e possuir ideias divergentes, considerava que, mesmo sob coação militar, ambas eram a única via possível para uma transição democrática. Já o *Correio da Manhã* e *O Estado de São Paulo* adotaram uma posição contrária à Constituição. O primeiro afirmava que ela era uma continuidade da Constituição de 1937 e que o poder excessivo concedido ao presidente afrontava ideais liberais. O segundo criticava seu caráter autoritário, a incompatibilidade das ações de Castello Branco com os ideais da “Revolução” e o fracasso dos líderes liberais (Martins Filho, 1995, p. 85-87).

Embora contasse com grande volume de anúncios diários, o *Jornal do Brasil* demonstrava alta dependência de empresários, políticos, militares, governo e público. Apesar de alegar que sua autonomia econômica assegurava liberdade jornalística, reforçando sua imagem e influência social, seu poder era limitado por aqueles que garantiam sua circulação. Um desses limites era a censura, que, segundo Barbosa (2007), promovia acomodações. Motta (2016) descreve essas acomodações como estratégias para evitar confrontos diretos com a ditadura, sem aderir plenamente aos seus códigos sociais e morais.

O projeto da Constituição de 1967, enviado ao Congresso Nacional, evidenciou a proeminência do poder Executivo, refletindo a guinada do projeto castelista, que, segundo Martins (1995), afastou-se do liberalismo. Embora as emendas propostas não tenham sido aprovadas, suscitaram debates e divisões partidárias. Apesar das críticas parlamentares, o projeto foi aprovado em 22 de dezembro por 260 votos contra 127. A votação final ocorreu em 23 de janeiro de 1967, com a promulgação no dia seguinte, conforme exigido pelo Ato Institucional nº 4 (Grinberg, 2009). O processo de realização e a própria essência da Constituição de 1967 mostrou que depois que Castello Branco impôs sua força física ao

Congresso e decretou do Ato Institucional nº 2, as figurações políticas se acomodaram a realizar discussões que não chegaram a confrontar novamente a ditadura civil-militar.

A Constituição de 1967 formalizou as excepcionalidades, como eleições indiretas e a supremacia do Executivo sobre os demais poderes, consolidando o arcabouço jurídico vigente desde 1964. Apesar de institucionalizar a ditadura civil-militar, o *Jornal do Brasil* defendeu seu potencial como mecanismo de transição democrática (Indiferença [...], 1967, p. 6; Signo [...], 1967, p. 6; Carta [...], 1967, p. 6). Essa concepção editorial, que valorizava a aparência de legalidade organizada que a Constituição conferia, anuncia uma tradição política brasileira que, historicamente, via que a normalidade democrática sempre começava com uma nova Constituição.

No entanto, nem a Constituinte ou mesmo a Constituição de 1967 se tornam símbolos sociais capazes de sustentar uma aparência de “legalidade” que encaminhasse o país para um processo de abertura política para a “normalidade democrática”, como imaginou ou planejou o *JB*. O que ocorreu foi a continuidade e o aumento do monopólio do poder de força da ditadura civil-militar, sob a liderança de presidentes-militares que iriam se suceder no poder, e a diminuição radical da participação da sociedade civil em geral e de parte das figurações golpistas nas decisões políticas. Mesmo assim, até a publicação do Ato Institucional nº 5, o *JB* continua a propor e a expressar a crença na promessa de uma abertura política no governo de Costa e Silva.

A representação desse otimismo em torno da abertura democrática e da sua permanência na agenda editorial serviu como forma de pressão e de defesa do periódico que, mesmo ao criticar a omissão e a opressão governamental, relembra as promessas de abertura e diálogo e de liberdade de imprensa, assim como destacava a centralidade das intenções democráticas da “Revolução” que havia defendido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois do golpe civil-militar de 1964, a figuração golpista se fragmenta pela sua heterogeneidade. Nela, a imprensa golpista desenvolve relações de acomodação para sobreviver e manter o seu poder. Apesar de existirem periódicos com posições mais claras como *O Globo* e *a Correio da Manhã*. Existem aqueles que atuam se posicionando com nuances que dificultem a definição de uma posição clara, isso porque intercalam tons de vozes que ora são mais críticos, ora são mais adesistas em relação à ditadura civil-militar. O *Jornal do Brasil* se encaixa nessa última categoria e, apesar dos obstáculos para estabelecer uma definição única sobre sua

atuação, as suas campanhas que defendiam, seus valores de grupo podem contribuir para compreender sua posição e ação frente às conjunturas.

Desde o primeiro Ato Institucional, a opinião editorial do *Jornal do Brasil* oscilou entre o otimismo e a adesão à ditadura civil-militar/”Revolução” e o pessimismo e a crítica à atuação dos governos militares. Essa acomodação que se desenvolveu envolvia a manutenção das suas relações de interdependência com o governo, o público, os patrocinadores, os jornalistas e parte da figuração golpista. Assim, defender a ditadura civil-militar, inicialmente, significava se defender e sobreviver dentro da competitiva figuração jornalística da grande imprensa periódica. Mas para isso, também precisava se posicionar diante dos problemas e dos descontentamentos sociais.

A mudança na linha editorial ocorre durante a guinada antiliberal encabeçada pelos momentos que antecedem o AI-2 e explicitam o autoritarismo e as pretensões continuístas da ditadura. Nesse percurso, além das repressões e marginalização dos civis da política, o governo militar evidenciou o seu desprezo pela preservação da aparência de “legalidade” ou “normalidade democrática” prática que se opunha com a perspectiva do *JB* que passa a intensificar a sua defesa pela estruturação de uma aparência democrática e constitucional. Contudo, não promove discussões sobre a efetividade dessa aparência para a sociedade e das incoerências entre práticas e discursos.

A partir desse momento, o periódico se apresenta preocupado com a sua imagem e com a do país além de demonstrar incertezas sobre o futuro e o temor de um julgamento histórico. E se esforça para interferir na agenda política do governo. O *JB* cria campanhas de pressão em que defende práticas tanto para legitimar a ditadura civil-militar, quanto para encaminhar o seu fim. Nesse sentido, seu comportamento editorial faz um movimento pendular, principalmente após a campanha pela Constituinte de 1966. Essa posição antevê uma condenação dos poderes autoritários da ditadura civil-militar, mas também considera a ameaça de retorno das forças políticas do nacional-reformismo que foram depostas.

Ao analisar o comportamento editorial a partir das representações de um veículo influente da imprensa que atingia variados públicos, se vislumbrou indícios sobre o cotidiano e os valores político que circulavam na sociedade. Dentre eles, se destaca, a importância que a imprensa atribuída aos símbolos sociais (instituições e ideias) que garantissem a aparência de legalidade e democracia, mesmo que na realidade social prevalecessem práticas e ideias autoritárias.

Sendo assim, a pesquisa abre a possibilidade de explorar parte das representações da conjuntura histórica em simultaneidade com a compreensão da construção da identidade do periódico enquanto um sujeito multifacetado, que se equilibrava em relações interdependentes tensas com o governo. Dessa forma, percebe-se que os movimentos de pressões sociais, apesar das diferenças nos níveis de poder entre sujeitos e grupos, foram exercidos continuamente, o que mostrou os limites de poder da ditadura civil-militar e a falta de consenso social sobre suas ações. Esses movimentos de acomodação e diminuição da adesão, já nos seus momentos iniciais fornecem indícios que podem auxiliar na compreensão da sua natureza e das bases e funcionamento do seu processo de institucionalização e permanência.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e KORNIS, Mônica Almeida. **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ABREU, Alzira Alves de. **A imprensa e o seu papel na queda de João Goulart**. CPDOC/FGV. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_imprensa_e_s_eu_papel_na_queda_de_Goulart. Acesso em: 14 jan. 2025.

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALVIM, Thereza Cesário. **O Golpe de 64**. A Imprensa disse não. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1979.

AMADO, João. **Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias: Os idos de março e a queda em abril, a primeira narrativa do golpe de 1964**. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e o Movimento**. Bauru: Edusc, 1999.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: PRADO, Maria Ligia Coelho e VILLAÇA, Mariana (Org.). **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas, 2015.

CARVALHO, Aloysio Castelo. Os jornais cariocas da Rede da Democracia na queda do governo Goulart. **Histórica**, n. 60, dez. 2013.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa**: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Ouvindo os militares: imagens de um poder que se foi. In: FERREIRA Marieta de Moraes Ferreira (Coord.) et al. **Entre-vistas**: abordagens e usos de história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

DIAS, Antonio Luiz. **O presente da memória**: usos do passado e as (re) construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

DANTAS, Adálio. A mídia e o golpe militar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 80, n. 28, jan./abr. 2014.

DREIFUSS, Armand René. **1964**: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado**: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.

GAZZOTTI, Juliana. **Jornal da Tarde (1966-75)**: ideologia liberal e ditadura militar. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

GOMES, Angela de Castro e FERREIRA, Jorge. **Jango**: as múltiplas faces. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional ARENA (1965-1979)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

KINZO, Maria Dalva Gil. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, 1988.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda – jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

LESSA, Washington Dias. **Dois estudos de comunicação visual**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

LUCA, Tania Regina de e MARTINS, Ana Luiza (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

LUSTOSA, Isabel. Insultos impressos o nascimento da imprensa no Brasil. In: MALERBA, Jurandir (Ed.). **A Independência brasileira: novas dimensões**. FGV Editora, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 64 e o regime militar**. Novas perspectivas. São Carlos: Edufscar, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 62–85, jan. 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**, Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 43, n. 2, p. 346-366, 2017.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Modernização, ditadura e democracia, 1964-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014b.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 31, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

ROLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha. **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo Branco à Tancredo (1964-1985)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMITH, Anne Marie. **Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. São Paulo: Artenova, 1975.

TORRES, Mateus Gamba. O Ato Institucional nº 2: lutas judiciais, imprensa e divergências na ditadura civil-militar (1964-1965). **História: Debates e Tendências**, v. 19, n. 3, p. 457-476, 2019.

VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Livraria José Olympio, 1975.

FONTES

A SEMENTE da discórdia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 de mar. de 1964, p. 6.

ABERTURA à vista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 ago. 1966, p. 6

À BEIRA do abismo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 jan. 1966, p. 6.

APARÊNCIAS enganosas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 ago. 1966, p. 6.

AS GRANDES soluções. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 jan. 1965, p. 6.

ATOS e intenções. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 ago. 1966, p. 6.

Branco, Carlos Castello. Posição do Congresso é política e não jurídica. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 ago. 1966, p. 4. Coluna do Castello.

CAMINHO novo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 abr. 1964, p. 6.

CAMINHO obrigatório. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 e 20 dez. 1965, p. 6.

CARTA de desafio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 set. 1964, p. 6.

CARTA de transição. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 e 23 jan. 1967, p. 6.

CONFIANÇA no governo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 set. 1965, p. 6.

DECISÃO imediata. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 abr. 1964, p. 1.

EMOÇÃO forjada. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 out. 1964, p. 6.

ESPERANÇA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 jun. 1964, p. 6.

ESPADA de Dâmocles. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 nov. 1965, p. 6.

ETAPA final. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 out. 1965, p. 6.

FIRMEZA democrática. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 set. 1965, p. 6.

FORA da lei. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964, p. 6.

HORROR às eleições. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 dez. 1965, p. 6.

HORIZONTES sombrios. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 mar. 1966, p. 6.

INDIFERENÇA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 jan. 1967, p. 6.

INSTITUCIONALIZAÇÃO da Revolução de 64. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 out. 1965. Coisas da Política.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro 1964-1968. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano196&pesq=&pagfis=0. Acesso em: 14 jan. 2025.

LINHA Democrática. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 de março de 1964, p. 6.

LINHA-DURA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 jul. 1967, p. 6.

MANOBRAS suicidas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1º jul. 1965.

MEIOS e fins. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 out. 1964, p. 6.

MISSÃO criadora. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 out. 1964, p. 6.

MODERNIZAÇÃO do congresso. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 jan. 1965, p. 6.

NOVAS lideranças. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 e 26 set. 1966, p. 6.

NA ILEGALIDADE. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29/30 de março de 1964, p. 1.

O CAMINHO institucional. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 fev. 1965, p. 6.

OPOSIÇÃO no governo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 set. 1964, p. 6.

PALAVRA e ação. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 nov. 1965, p. 6.

PAZ e unidade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 nov. 1965, p. 6.

POLÍTICA interna. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 out. 1964, p. 6.

PRECIPITAÇÃO. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 jan. 1966, p. 6.

PRESIDENTE. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 abr. 1964, p. 6.

REBELDIA intolerável. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 ago. 1965, p. 6.

RESPEITO recíproco. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 nov. 1965, p. 6.

RESPONSABILIDADE dos militares. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 e 7 fev. 1966, p. 6.

REVOLUÇÃO envergonhada. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 abr. 1964, p. 6.

SAÍDA extrema para a crise. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 out. 1965, p. 6. Coisas da Política.

SIGNO do transitório. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1967, p. 6.

SOLUÇÃO militar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 mar. 1966.

TÚMULO dos partidos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 de março de 1964, p. 6.

TUMULTO institucional. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 fev. 1966, p. 6.